

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 30 de dezembro de 2021 • Nº 1222 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Direito & Justiça

Partilha de bens: fraudes, ocultações e simulações empresariais

PÁGINA 4

TESOURO

Governo tem superávit de R\$ 3,9 bilhões em novembro

O governo central (que reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência e do Banco Central) teve um superávit de R\$ 3,9 bilhões em novembro de 2021, o que representa o melhor resultado para o mês desde 2013 (a série histórica começa em 1997). O aumento na arrecadação e a redução de despesas contribuíram para o desempenho. Em geral, meses de novembro costumam ser de rombo nas contas devido à concentração de gastos significativos, como o pagamento do 13º a aposentados e pensionistas do INSS. Neste ano, porém, o repasse foi antecipado como medida de enfrentamento aos impactos econômicos da Covid-19. A redução dessa e outras despesas de combate à pandemia deram fôlego às contas do governo. Do lado das receitas, houve aumento de R\$ 4,8 bilhões na arrecadação da Receita Federal e de R\$ 9 bilhões nas receitas com dividendos de empresas estatais. Os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Apesar do resultado positivo em novembro, o cenário de déficit se mantém no acumulado do ano. Entre janeiro de novembro de 2021, o rombo foi de R\$ 49,3 bilhões. O dado é o melhor para o período desde 2014. O valor do déficit no ano é bem menor do que o rombo de R\$ 699,1 bi observado no mesmo período de 2020, quando o governo precisou abrir os cofres para combater os efeitos da pandemia sobre a saúde e a economia. **PÁGINA 2**

NOVA VARIANTE

Ômicron avança e já atinge mais de 30% dos casos

PÁGINA 3

CONCESSÃO

Águas do Brasil paga R\$ 2,2 bi por parte da água do Rio

Com um lance de R\$ 2,2 bilhões, o Grupo Águas do Brasil venceu ontem leilão pelo último bloco de concessões de saneamento no Rio de Janeiro. O valor pago representou um ágio de 90% em relação à oferta mínima prevista em edital, de R\$ 1,16 bilhão. Com o leilão, o governo do Rio conclui o processo de concessão dos serviços de água e esgoto no estado, que já teve outros três blocos licitados em abril.

Ao todo, as empresas vencedoras se comprometeram a pagar R\$ 24,9 bilhões em outorgas. Chamado de bloco 3, o bloco licitado ontem chegou a ser oferecido no leilão de abril, mas não teve interessados. Envolve o atendimento a 2,7 milhões de pessoas na Zona Oeste da capital e outros 20 municípios do estado e prevê investimentos de R\$ 4,7 bilhões nos 35 anos de concessão. **PÁGINA 2**

ATO FALHO



PEDRO FRANÇA/AGENCIA SENADO

Moro confessa, em entrevista, que Lava Jato combateu o PT

Pré-candidato à Presidência da República, o ex-juiz Sergio Moro (foto) disse ontem que a Operação Lava Jato combateu o PT de forma efetiva e eficaz. A declaração foi dada em entrevista à Rádio Capital FM, de Mato Grosso, no momento em que tratava sobre o apoio de parlamentares de seu partido, o Podemos, ao governo do presidente Jair Bolsonaro. "Como é que a gente pode defender um governo desse? Com pessoas (com fome) da fila de ossos, um governo que foi negli-

gente com as vacinas, um governo que ofende as pessoas, um governo que desmantelou o combate a corrupção." "Tudo isso por medo do quê? Do PT? Não. Tem gente que combateu o PT na história de uma maneira muito mais efetiva, muito mais eficaz. A Lava Jato", disse Moro na entrevista. Logo em seguida, porém, o ex-ministro de Bolsonaro recuou e disse que a Lava Jato apenas descobriu "os esquemas de corrupção e mostrou o que o PT verdadeiramente é", completou. **PÁGINA 3**

IGP-M

Inflação do aluguel acumula alta de 17,78%

O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), conhecido como indicador de inflação do aluguel no Brasil, acumulou alta de 17,78% nos 12 meses de 2021, informou ontem o FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam avanço menor, de 17,62%. Apesar de registrar uma variação de dois dígitos, o IGP-M ficou abaixo do verificado em 2020. Ao final do ano passado, a alta em 12 meses foi de

23,14%, a maior desde 2002, conforme o FGV Ibre. No recorte mensal, o IGP-M acelerou para 0,87% em dezembro de 2021, após variação de 0,02% em novembro. Analistas consultados pela Bloomberg esperavam alta de 0,73% no último mês do ano. O indicador do FGV Ibre mede os preços ao longo de diferentes setores da cadeia produtiva - de matérias-primas agrícolas e industriais, passando pela construção, até serviços e bens finais para o consumidor. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,72% / 104.107,24 / -756,93 / Volume: 15.370.811.119 / Quantidade: 2.678.385				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.)	EURO turismo													
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,95% (nov.)	Compra: 6,5450	Venda: 6,7250				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	36.488,63	+0,25	Taxa Selic	(8/12)	9,25%	0,70	até o dia 29/dez	Compra: 5,6613	Venda: 5,6619		
VIA ON NM	5,02	+1,41	+0,07	AZUL PN N2	23,86	-7,34	-1,89	AZUL PN N2	23,86	-7,34	-1,89	NASDAQ Composite	15.766,216	-0,10	POUPANÇA 3	(30/12)	0,49%	BM&F/grama	R\$ 324,50	EURO Comercial	Compra: 5,6933	Venda: 5,6939	
TIM ON EJ NM	12,89	+1,02	+0,13	CVC BRASIL ON NM	13,14	-7,33	-1,04	CVC BRASIL ON NM	13,14	-7,33	-1,04	Euro STOXX 50	4.282,56	-0,73	TR (prefixada)	(29/8/2017)	0,0098	EURO Comercial	Compra: 6,4564	Venda: 6,4570	EURO turismo	Compra: 5,7353	Venda: 5,9153
MINERVA ON NM	10,62	+0,66	+0,07	GOL PN N2	16,66	-6,72	-1,20	GOL PN N2	16,66	-6,72	-1,20	CAC 40	7.161,52	-0,27									
MARFRIG ON ED NM	22,92	+0,61	+0,14	BANCO INTER UNT N2	27,58	-4,90	-1,42	BANCO INTER UNT N2	27,58	-4,90	-1,42	FTSE 100	7.420,69	+0,66									
TELEF BRASILON EDJ	48,27	+0,60	+0,29	QUALICORP ON NM	16,02	-4,76	-0,80	QUALICORP ON NM	16,02	-4,76	-0,80	DAX	15.852,25	-0,70									

DocuSigned by:

6BF767B5695F4B6...

30-dez-21 | 6:20 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA ao fazer o download em nosso site www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Bovespa cai 0,72% e dólar sobe a R\$ 5,69 com inflação no radar

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) recuou ontem pelo segundo dia seguido. A inflação e a alta dos juros voltaram ao radar de investidores, que também demonstram preocupação com o avanço das contaminações por Covid-19.

No penúltimo pregão do ano, o Ibovespa (Índice Bovespa) cedeu 0,72%, a 104.107 pontos. O dólar subiu 0,93%, a R\$ 5,694. O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), conhecido como indicador de inflação do aluguel no Brasil, acumulou alta de 17,78% nos 12 meses de 2021. O resultado veio acima do esperado.

Analistas consultados pela agência Bloomberg apontaram avanço menor, de 17,62%.

Os juros dos contratos DI (Depósitos Interbancários) para janeiro de 2023 subiram 0,15 ponto percentual, a 11,82% ano.

O petróleo Brent subiu 0,33%, a US\$ 79,20 (R\$ 448,37).

Apesar da alta da commodity, as ações preferenciais da Petrobras recuaram 0,83%.

As ações da Vale subiram 0,59%, em um dia de recuperação dos contratos futuros de minério de ferro.

Empresas ligadas ao turismo e transporte aéreo lideraram as perdas na Bolsa brasileira. Azul, CVC e Gol recuaram 7,34%, 7,33% e 6,72%, respectivamente. Nos Estados Unidos, o índice Dow Jones subiu 0,25%, enquanto o S&P 500 avançou 0,14%. Ambos alcançaram pontuações recordes. A Nasdaq cedeu 0,1%.

A B3, a Bolsa de Valores brasileira, divulgou nesta quarta a terceira e última prévia do índice Ibovespa, que vai vigorar de 3 de janeiro de 2022 a 29 de abril de 2022.

Entraram na carteira Positivo Tec ON (POSI3), CSN Mineração ON (CMIN3) e 3R Petroleum ON (RRRP3), totalizando 93 ativos de 90 empresas. Saíram GetNet UNT (GETT11) e Banco Inter PN (BID14).

PRIVATIZAÇÃO

Águas do Brasil paga R\$ 2,2 bi por parte da água do Rio

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

Com um lance de R\$ 2,2 bilhões, o Grupo Águas do Brasil venceu ontem leilão pelo último bloco de concessões de saneamento no Rio de Janeiro. O valor pago representou um ágio de 90% em relação à oferta mínima prevista em edital, de R\$ 1,16 bilhão.

Com o leilão, o governo do Rio concluiu o processo de concessão dos serviços de água e esgoto no estado, que já teve outros três blocos licitados em abril. Ao todo, as empresas vencedoras se comprometeram a pagar R\$ 24,9 bilhões em outorgas.

Chamado de bloco 3, o bloco licitado ontem chegou a ser oferecido no leilão de abril, mas

não teve interessados. Envolve o atendimento a 2,7 milhões de pessoas na Zona Oeste da capital e outros 20 municípios do estado e prevê investimentos de R\$ 4,7 bilhões nos 35 anos de concessão.

O Grupo Águas do Brasil disputou a concorrência com a Aegea Saneamento, que chegou a apresentar proposta pelo bloco no primeiro leilão mas decidiu retirá-la depois de ganhar outros dois blocos, incluindo o maior deles, o bloco 4, que tem uma população de sete milhões de pessoas e investimentos previstos em R\$ 16 bilhões.

Para especialistas, o pouco interesse no primeiro leilão indicava dúvidas sobre a opera-

ções em uma área que hoje já possui uma PPP (parceria público-privada) para a prestação do serviço. A zona oeste do Rio é ainda uma área com forte presença de milícias.

Para esta segunda tentativa, o governo do Rio conseguiu incluir mais 14 municípios no pacote oferecido ao mercado. A vencedora do leilão desta quarta é a operadora da PPP, em parceria com a BRK Ambiental.

Maior vencedora do primeiro leilão, a Aegea pagou R\$ 15,4 bilhões pelo direito de prestar o serviço a quase 10 milhões de pessoas da capital e do interior. A outra vencedora foi a Iguá Saneamento, que pagou R\$ 7,3 bilhões por uma área de 1,2 milhão de habitantes.

A transferência à iniciativa privada de áreas que eram atendidas pela Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) foi o maior processo de concessões de saneamento do país, envolvendo o atendimento de 13,7 milhões de pessoas e investimentos de R\$ 32 bilhões.

O primeiro leilão da Cedae contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro.

O dinheiro arrecadado na primeira oferta levou o governador Cláudio Castro (PL) a lançar um pacote de investimentos de R\$ 17 bilhões, que compreende desde projetos de infraestrutura, como a recuperação de estradas e um metrô de superfície, até a construção de escolas e hospitais.

TESOURO

Governo tem superávit de R\$ 3,9 bi em novembro, mas acumula déficit

IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

O governo central (que reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência e do Banco Central) teve um superávit de R\$ 3,9 bilhões em novembro de 2021, o que representa o melhor resultado para o mês desde 2013 (a série histórica começa em 1997).

O aumento na arrecadação e a redução de despesas contribuíram para o desempenho.

Em geral, meses de novembro

costumam ser de rombo nas contas devido à concentração de gastos significativos, como o pagamento do 13º a aposentados e pensionistas do INSS. Neste ano, porém, o repasse foi antecipado como medida de enfrentamento aos impactos econômicos da Covid-19.

A redução dessa e outras despesas de combate à pandemia deram fôlego às contas do governo. Do lado das receitas, houve aumento de R\$ 4,8 bilhões na ar-

recadação da Receita Federal e de R\$ 9 bilhões nas receitas com dividendos de empresas estatais.

Os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional.

Apesar do resultado positivo em novembro, o cenário de déficit se mantém no acumulado do ano. Entre janeiro de novembro de 2021, o rombo foi de R\$ 49,3 bilhões. O dado é o melhor para o período desde 2014.

O valor do déficit no ano é bem menor do que o rombo de

R\$ 699,1 bilhões observado no mesmo período de 2020, quando o governo precisou abrir os cofres para combater os efeitos da pandemia sobre a saúde e a economia.

O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas do governo. Quando o valor é positivo, significa que o governo arrecadou mais do que gastou. Já no cenário contrário, com despesas maiores que receitas, o resultado é um déficit.

EMPRESAS

Bolsonaro quer assinar desoneração da folha, mas esbarra em Guedes

IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) quer sancionar antes do fim do ano o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores, mas o Ministério da Economia vê obstáculos legais, o que abriu um impasse dentro do governo.

A desoneração acabaria no fim deste ano, mas os empresários pressionaram, e o Congresso estendeu a política até o final de 2023. O prazo para a sanção do projeto de lei é 5 de janeiro de 2022.

Segundo apurou a reportagem, técnicos da área econômica veem necessidade de o governo adotar medidas para compensar a renúncia de receitas com a prorrogação da política e, assim, atender aos requisitos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Na prática, Bolsonaro precisaria dar aval a um aumento de tributos ou autorizar a expansão do alcance de algum imposto para arrecadar mais e, assim, compensar as perdas com a desoneração.

A renúncia anual é calculada em cerca de R\$ 9 bilhões. O parecer das receitas no Orçamento de 2022, no entanto, foi aprovado sem essa estimativa, daí a necessidade de compensação.

Sem isso, segundo a reportagem apurou, o presidente poderia ser acusado de cometer crime de responsabilidade, passível de impeachment. Por isso, a Economia analisa opções de compensação para apresentar ao Palácio do Planalto.

O aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de crédito que originalmente bancaria a ampliação permanente do Auxílio Brasil em 2021, mas acabou não sendo utilizado para esse fim, poderia ajudar a



ABRASIL

compensar a desoneração.

Para isso, no entanto, a elevação do imposto precisaria ser prorrogada até o fim de 2022. O decreto editado por Bolsonaro em setembro ampliou a cobrança apenas até 31 de dezembro deste ano. O martelo ainda não foi batido em relação a esse ponto.

O impasse apontado pelos técnicos do Ministério da Economia deflagrou reação entre parlamentares que apoiam a medida.

O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que foi relator da proposta na Câmara dos Deputados, disse haver uma decisão no governo de antecipar a sanção presidencial, que seria publicada até amanhã.

A tese é a de que, com a sanção ainda em 2021, a prorrogação significaria uma continuidade da política já existente, não uma nova renúncia. Isso, segundo os deputados, daria segurança jurídica ao presidente para assinar a lei.

"Para nós, o que interessa é o acordo político ser cumprido", disse Goergen.

O deputado afirmou que conversou com o relator do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), que também discute o assunto com o governo. Goergen divulgou um áudio em que Leal relata as negociações políticas para a sanção do projeto.

IGP-M

Inflação do aluguel cede, mas acumula alta de 17,78% em 2021

O IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), conhecido como indicador de inflação do aluguel no Brasil, acumulou alta de 17,78% nos 12 meses de 2021, informou ontem o FGV Ibré (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam avanço menor, de 17,62%.

Apesar de registrar uma variação de dois dígitos, o IGP-M ficou abaixo do verificado em 2020. Ao final do ano passado, a alta em 12 meses foi de 23,14%, a maior desde 2002, conforme o FGV Ibré.

No recorte mensal, o IGP-M acelerou para 0,87% em dezembro de 2021, após variação de 0,02% em novembro. Analistas consultados pela Bloomberg esperavam alta de 0,73% no último mês do ano.

O indicador do FGV Ibré mede os preços ao longo de diferentes setores da cadeia produtiva - de matérias-primas agrícolas e industriais, passando pela construção, até serviços e bens finais para o consumidor.

"A maior contribuição para o resultado do IGP-M de dezembro partiu do índice ao produtor. O resultado deste mês foi influenciado pela aceleração dos preços de bovinos (11,69%), reflexo da demanda doméstica e da retomada das exportações, e pela

aceleração dos preços de safras afetadas por geadas e seca, como café (12,52%) e cana-de-açúcar (2,83%)", disse o economista André Braz, coordenador dos índices de preços da FGV Ibré.

A legislação prevê que os contratos de locação de imóveis tenham um índice de correção anual, sem a obrigação de escolha pelo IGP-M. Mas, como seu uso foi convencionado no país, o indicador ficou conhecido popularmente como inflação do aluguel.

A partir da chegada da pandemia, o IGP-M teve disparada, forçando negociações entre inquilinos e proprietários de imóveis. A escalada foi influenciada em grande parte pela valorização do dólar e de matérias-primas no mercado internacional.

Nesse contexto, um projeto de lei na Câmara dos Deputados busca limitar os reajustes dos contratos de locação ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

O IPCA, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é conhecido como a inflação oficial do Brasil. Em 12 meses até novembro, período mais recente com dados disponíveis, subiu 10,74%.

Ao longo deste ano, a distância entre o IGP-M e o IPCA diminuiu. Isso ocorreu porque o índice dos

aluguéis desacelerou no segundo semestre, enquanto o indicador oficial de preços ganhou força.

Para quem tem contratos corrigidos pelo IGP-M, a variação acumulada até dezembro será aplicada àqueles com aniversário em janeiro. Portanto, se os proprietários decidirem repassar integralmente o índice, um aluguel de R\$ 3.000, por exemplo, passará a ser de R\$ 3.533,40.

O IGP-M é composto por outros três indicadores: IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional de Custo da Construção).

O IPA, que capta o movimento de preços de matérias-primas agrícolas e industriais, é aquele com o maior peso. Responde por 60% do IGP-M. Ou seja, o aumento de commodities pode gerar reflexo nos valores de aluguel de imóveis.

O componente que mais subiu em 2021 foi justamente o IPA. A alta em 12 meses, até dezembro, foi de 20,57%. No ano passado, o avanço havia sido ainda maior, de 31,63%.

Segundo Braz, o IPA foi influenciado em 2021 pela crise hídrica, que prejudicou plantações e elevou preços do campo, e pelo aumento dos combustíveis. As principais influências nesse componente de janeiro a dezembro,

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

ATO FALHO

Moro, enfim, confessa que Lava Jato combateu o PT

PABLO RODRIGO/FOLHAPRESS

Pré-candidato à Presidência da República, o ex-juiz Sergio Moro disse ontem que a Operação Lava Jato combateu o PT de forma efetiva e eficaz.

A declaração foi dada em entrevista à Rádio Capital FM, de Mato Grosso, no momento em que tratava sobre o apoio de parlamentares de seu partido, o Podemos, ao governo do presidente Jair Bolsonaro.

"Como é que a gente pode defender um governo desse? Com pessoas (com fome) da fila de ossos, um governo que foi negligente com as vacinas, um governo que ofende as pessoas, um governo que desmantelou o combate a corrupção."

"Tudo isso por medo do quê? Do PT? Não. Tem gente que combateu o PT na história de uma maneira muito mais efetiva, muito mais eficaz. A Lava Jato", disse Moro na entrevista.

Logo em seguida, porém, o ex-ministro de Bolsonaro recuou e disse que a Lava Jato apenas descobriu "os esquemas de corrupção e mostrou o que o PT verdadeiramente é", completou.

Diante das declarações de Moro, petistas reagiram nas redes sociais.

"Deveria estar preso e não disputando cargo político. Nojo", escreveu no Twitter Simão Pedro, ex-deputado estadual e ex-secretário da gestão Fernando Haddad, em São Paulo. "Justiciero, criminoso", publicou o deputado federal Paulo Teixeira ao comentar o caso.

Juiz da Lava Jato, Moro abandonou a magistratura para assu-

Doleiro pivô da Lava Jato financiou campanha de aliado de Moro

FELIPE BÄCHTOLD E VINICIUS KONCHINSKI/FOLHAPRESS

O operador financeiro Alberto Youssef, pivô da Lava Jato, financiou uma das campanhas eleitorais do agora maior aliado político de Sergio Moro, juiz símbolo da operação.

Duas empresas de Youssef em 1998 pagaram R\$ 21 mil (o equivalente a R\$ 88 mil em valores atualizados) à campanha a senador de Alvaro Dias, hoje no Podemos e à época no PSDB.

As informações estão na prestação de contas de Dias entregue naquele ano à Justiça Eleitoral no Paraná. As doações se referem a horas de voo em jatinhos que Youssef cedeu ao então candidato.

Youssef, 54, foi condenado por Moro na Lava Jato em penas que somam mais de 120 anos de prisão e chamado em uma das sentenças de "criminoso profissional". Porém deixou o regime fechado em 2016, graças a um acordo de delação.

Em uma CPI sobre a Petrobras, em 2015, quando estava preso por ordem de Moro, Youssef falou sobre as doações após pergunta feita

mir o Ministério da Justiça do governo Bolsonaro, com quem se desentendeu -isso motivou seu pedido de demissão em abril do ano passado.

Neste ano, Moro sofreu uma dura derrota no STF (Supremo Tribunal Federal), que o considerou parcial nas ações em que atuou como juiz federal contra o ex-presidente Lula (PT). Com isso, foram anuladas ações dos casos triplex, sítio de Atibaia e Instituto Lula.

Diferentes pontos levantados pela defesa de Lula levaram à

declaração de parcialidade de Moro, como condução coercitiva sem prévia intimação para oitiva, interceptações telefônicas do ex-presidente, familiares e advogados antes de adotadas outras medidas investigativas e divulgação de grampos.

A posse de Moro como ministro de Bolsonaro também pesado, assim como os diálogos entre integrantes da Lava Jato obtidos pelo site The Intercept Brasil e publicados por outros veículos de imprensa, que expuseram a proximidade entre Moro e os

procuradores da Lava Jato.

Em resumo, no contato com os procuradores, Moro indicou testemunha que poderia colaborar para a apuração sobre Lula, orientou a inclusão de prova contra um réu em denúncia que já havia sido oferecida pelo Ministério Público Federal, sugeriu alterar a ordem de fases da operação Lava Jato e antecipeu ao menos uma decisão judicial.

Moro sempre repetiu que não reconhece a autenticidade das mensagens, mas que, se verdadeiras, não contém ilegalidades.

DANDO A QUEM TEM

Garcia sanciona lei que cria cargo e regula gratificação no TCE

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

O vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, promulgou na semana passada, às vésperas do Natal, uma lei complementar que regula gratificações adicionais ao salário de servidores do TCE (Tribunal de Contas do Estado de SP).

No ano passado, o tribunal de contas tentou emplacar um aumento na remuneração de seus servidores mas teve de recuar depois que o caso provocou repercussão negativa por que veio em um momento delicado na crise da pandemia.

Na época, o órgão também se mobilizava para regulamentar suas gratificações, que podiam chegar a R\$ 13 mil no mês, fora o salário. E a presidência do TCE enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa de SP para regulamentar o pagamento.

Também no dia 23 de dezembro, na semana passada, o vice-governador promulgou

outra lei complementar, que cria 45 cargos no TCE.

Procurado pela reportagem, o governo estadual disse que a lei complementar foi proposta pelo TCE, sob recomendação do Ministério Público de São Paulo, diretamente à Mesa diretora da Assembleia Legislativa, e que o texto ficou sob análise por quase dois anos na Casa, com parecer favorável de três comissões antes de ser avaliado pelo plenário no dia 15 de dezembro.

"Ao Governo de São Paulo, coube atender à proposta conjunta dos órgãos de controle e do Legislativo, sancionando a lei no prazo legal a partir da chegada do texto ao Executivo, em 16 de dezembro. Segundo o próprio TCE, a lei não cria despesa nova e não gera impacto no orçamento, pois apenas elimina as substituições por provimento de cargo sem quaisquer alterações da remuneração atualmente paga", diz o governo em nota.

SEQUENCIAMENTO

Ômicron está em 2,5% das amostras de Covid

CAMILA MACIEL/ABRASIL

A presença da variante Ômicron em São Paulo aumentou 12 vezes em uma semana, aponta boletim epidemiológico da Rede de Alertas das Variantes do SARS-CoV-2, produzido pelo Instituto Butantan.

A participação da cepa no total de amostras do vírus da Covid-19 sequenciadas no estado, entre os dias 4 e 11 de dezembro, passou de 0,2% para 2,5%.

O boletim analisa o aumento, a estabilização ou a diminuição da incidência dos casos positivos por semana epidemiológica.

No período analisado foram sequenciadas 367 amostras provenientes dos 17 Departamentos Regionais de Saúde (DRS) paulistas.

Foram identificados mais oito casos de Ômicron na Rede de Alertas. Na semana anterior, a variante havia aparecido pela primeira vez no monitoramento. Até o dia 11, que corresponde à 49ª semana epidemiológica, a variante Delta continua predominante em São Paulo. Ela representa 97% das amostras, seguida pela Ômicron e pela Gamma.

ma, a qual aparece em 0,5% das amostras.

De acordo com o Butantan, Ômicron, Delta e Gamma são exemplos de variantes de preocupação, tendo em vista que são "consideradas mais transmissíveis e com maior risco de causar agravamentos e mortes do que a cepa original do vírus SARS-CoV-2".

POR REGIÃO

Na Grande São Paulo, a Delta continua predominante, tendo aparecido em 93,1% das 130 amostras. A Ômicron representa 5,4%. Em Ribeirão Preto e região, a Delta está em 97,9% das amostras e a Ômicron em 2,1%. Foram sequenciadas 49 amostras. Em São José do Rio Preto e região, a Ômicron foi identificada na única amostra sequenciada.

O boletim mostra ainda que foram identificadas 40 variantes do SARS-CoV-2 circulantes no estado de São Paulo e a incidência da Delta é predominante desde a 33ª semana epidemiológica. Na 49ª semana epidemiológica, a incidência do vírus estava em diminuição em 11 dos 17 DRS do estado de São Paulo.

GUARAPIRANGA

SP vai investir R\$ 203 mi em ampliação de represa

O Governador em exercício Rodrigo Garcia autorizou ontem investimentos públicos de R\$ 203 milhões para ampliar o sistema de saneamento básico na bacia da represa de Guarapiranga. A iniciativa será feita em parceria com as Prefeituras de São Paulo, Embu Guaçu, Embu das Artes e Itapeverica da Serra.

"Essas são obras importantes para a cidade de São Paulo e também para a Região Metropolitana em Embu das Artes, Itapeverica da Serra e outros municípios. Cabe a nós aplicarmos o dinheiro onde ele é mais impactante na vida das pessoas. Investir em saneamento é fundamental para a saúde", afirmou o Governador em exercício.

Além de proporcionar mais saúde e qualidade de vida para os mais de 361 mil pessoas diretamente beneficiadas, as obras contribuem para a preservação do meio ambiente, da bacia e da represa responsável pelo abastecimento de cerca de 4,8 mi-

lhões de moradores da Região Metropolitana de São Paulo.

Os trabalhos envolvem a implantação de cerca de 6 mil ligações de esgoto, estações elevatórias, redes e coletores. Os serviços serão entregues em etapas a partir de 2022 até 2025. No total, as obras vão gerar 3 mil empregos diretos e indiretos.

"Vamos cuidar da nossa Guarapiranga, tratar o esgoto e fazer com que só chegue água limpa aqui. Serão investidos R\$ 203 milhões, sendo R\$ 150 milhões já contratados para iniciarmos agora no começo do ano. Vamos fazer de São Paulo um exemplo para o Brasil", declarou Marcos Penido, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Em São Paulo serão construídos o coletor-tronco Guavirubita e a linha de recalque Tamanca para encaminha dos esgotos da região da margem esquerda do Guarapiranga para uma estação elevatória de esgoto.

NOVA VARIANTE

Ômicron já representa mais de 30% dos casos de Covid no Brasil

A variante Ômicron já representa 31,7% dos testes positivos para detecção de Covid no Brasil, segundo levantamento feito por laboratórios do país. O estudo, realizado em 16 estados durante grande parte do mês de dezembro, foi coordenado pelo ITpS (Instituto Todos pela Saúde) em parceria com os laboratórios Dasa e DB Molecular.

A investigação contou com a análise de mais de 30 mil testes RT-PCR especiais feitos nas duas redes de laboratórios entre 1º e 25 de dezembro. Constatou-se assim que 640 foram positivos

para o Sars-CoV-2, vírus que causa a Covid-19. Dentre esses, 203 (31,7%) eram de infecções causadas pela nova variante.

Segundo o ITpS, a cepa foi encontrada em oito estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Tocantins.

O ITpS ainda afirmou em nota enviada à imprensa que dados do Ministério da Saúde indicam que já existem 74 casos confirmados causados pela Ômicron no país. Outros 116 estão sob investigação.

A Ômicron foi sequenciada inicialmente na África do Sul em novembro deste ano. Dados preliminares indicam que ela é mais transmissível que outras variantes, como a delta, embora não desenvolva quadros graves em muitos dos infectados.

Ontem, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde), afirmou que o "tsunami" criado pela circulação simultânea das variantes delta e ômicron da Covid está levando "os sistemas de saúde à beira do colapso". Um boletim da organização

também lançado nesta quarta indicou um aumento de 39%, comparando com a semana passada, dos casos de Covid em todo o continente americano. Grande parte deles foi registrada nos Estados Unidos, Argentina e Canadá.

Já no número de mortes, houve um incremento de 7% no continente ao se comparar com a semana anterior. Neste caso, o Brasil figura no segundo lugar dos países que mais registraram óbito na América -no total foram 997 novas mortes no país, segundo a organização.

PT aciona STF para que governo Bolsonaro dê informações sobre vacinação de crianças

O PT acionou o Supremo Tribunal Federal para que o governo Jair Bolsonaro (PL) seja obrigado a fornecer informações a respeito da vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.

Por meio de pedido de tutela provisória de urgência, o PT solicita que o STF determine que o

governo federal apresente a metodologia e a base científica adotadas para elaboração da consulta pública sobre o tema.

Os advogados do partido também pedem informações a respeito da compra de imunizantes da Pfizer destinados a crianças, como a data exata de chegada e a quantidade adquirida.

A ideia da consulta foi do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, atendendo ao desejo de Bolsonaro de postergar e dificultar a vacinação de crianças de 5 a 11 anos.

No pedido, o PT também pede o detalhamento do plano de distribuição das vacinas entre os estados e a data exata de início da

vacinação das crianças.

Por fim, também questiona a respeito das providências administrativas para a incorporação de outros imunizantes que venham a obter registro na Anvisa para crianças e em relação à campanha de comunicação e conscientização da população sobre a vacinação do público infantil.

Nota

PF ENVIA DELEGADO QUE INVESTIGA FACADA EM BOLSONARO PARA MISSÃO NOS EUA POR DOIS ANOS

O diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, assinou uma portaria em 8 de dezembro designando o delegado Rodrigo Morais Fernandes, responsável pela investigação sobre a facada em Jair Bolsonaro (PL), para trabalhar por dois anos em força tarefa em Nova York, nos Estados Unidos. Segundo a portaria, Fernandes deverá exercer a partir de fevereiro de 2022 a função de oficial de ligação da Polícia Federal junto à força tarefa de El Dorado no escritório da Homeland Security Investigations

(HSI), em Nova York. Internamente, na PF, a ida aos Estados Unidos é vista como a realização de um desejo do próprio delegado, e não uma transferência forçada. Fernandes adquiriu experiência internacional ao atuar como diretor de inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos entre 2013 e 2015. Jair Bolsonaro até hoje tenta levantar suspeitas sobre a facada que levou, questionando o trabalho feito pela PF. Morais concluiu não haver indícios de mandantes até o momento e que Adélio Bispo teria atuado sozinho. Bispo foi considerado doente mental pela Justiça e, por isso, inimputável.



Direito & Justiça

Partilha de bens: fraudes, ocultações e simulações empresariais

Um tema bastante controverso quando um casal opta por se separar é a partilha de bens. Durante o processo de dissolução de união estável ou de divórcio do casamento civil, os homens que possuem um patrimônio de alto valor, geralmente empresas, podem utilizar estratégias para que estes bens não entrem na partilha.

No início do casamento "tudo são flores", então são poucos os cônjuges que se preocupam com questões patrimoniais nessa fase. No entanto, quando o afeto dá lugar à crise, ao rancor, é frequente o uso da fraude para prejudicar a parceira.

Geralmente, quando o homem percebe que a mulher vai pedir o divórcio, começa a praticar fraudes, para desviar bens que pertencem ao patrimônio comum do casal, e assim não ter que dividir na partilha.

É importante, deste modo, que a mulher conheça os vários tipos de fraude possíveis de colocar em risco seu patrimônio. Uma das mais comuns é quando um terceiro - pessoa física ou jurídica, o chamado "laranja" - passa a ser proprietário de bens que eram do casal.

Outra bastante frequente é a fraude que ocorre através da omissão e manipulação de transações no livro diário da empresa, o famoso "caixa dois", a fim de ocultar o lucro e simular um prejuízo, para diminuir o valor a ser recebido pela cônica sócia.

Fraudes contábeis usuais são: apropriação de títulos de crédito, de valores disponíveis em caixa, bancos e de estoques. Há também a simulação de despesas fictícias e do crescimento de custos, do aumento da folha de pagamento dos empregados através de funcionários fantasmas e ainda a gestão fraudulenta - fraudes gerenciais cometidas pelo administrador societário.

Assim, um procedimento bastante utilizado é o esvaziamento do patrimônio societário, ou seja, o cônjuge se apropria indevidamente de valores da empresa. Há também o aluguel de CNPJ, um desvio de patrimônio feito através da contratação secreta de uma terceira empresa.

O cônjuge pode, ainda, constituir a chamada "empresa espelho", que desempenhará uma função do mesmo ramo da empresa original, e para onde serão transferidas as atividades negociais, com o objetivo de diminuir o patrimônio que deve ser partilhado.

A alteração do tipo social da empresa é uma das fraudes mais recorrentes nas empresas familiares e de capital fechado. Quando a partilha de bens começa a ser discutida, é comum que o cônjuge transforme a empresa em uma sociedade anônima, a fim de impedir uma partilha de bens justa.

Outra ação de fraude societária é a constituição de uma offshore company, empresa estabelecida fora do Brasil, em países que tem tributo zero ou bem baixo e pouca fiscalização - os chamados "paraísos fiscais", que tanto ouvimos falar nas notícias sobre corrupção.

Há também a fraude societária por alienação de quotas e ações antes do divórcio. Já que a transação da venda de quotas ou ações é realizada em dinheiro, torna-se possível ocultar os valores e fraudar a partilha de bens.

A alienação de quotas e ações pode ocorrer, ainda, durante o processo do divórcio, mesmo que este seja litigioso, uma vez que se trata de um direito pessoal. Segundo a lei brasileira, quotas e ações são bens móveis, e o consenso marital só precisa existir com relação aos bens imóveis.

A ocultação de transações patrimoniais também é frequente, como quando o cônjuge compra um carro, por exemplo, coloca no nome de um terceiro e a esposa só descobre na hora da partilha.

Além disso, pode haver a chamada fraude em ativos imobilizados - quando o cônjuge possui várias empresas ou negócios, ele pode adquirir imóveis e colocá-los em nome de terceiros sem que a esposa, que também é sócia, tenha conhecimento.

Uma das fraudes mais relevantes é a fraude na sucessão empresarial, que ocorre quando são realizadas transferências secretas a alguns herdeiros, com o objetivo de prejudicar os direitos hereditários dos restantes.

Vale ressaltar que, de acordo com o artigo 1.846 do Código Civil: "pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima", que obedece à ordem de vocação hereditária, presente no artigo 1.829.

Pode-se perceber que há diversos tipos de fraudes que são cometidas com o propósito de burlar a partilha de bens. É imprescindível que a mulher tenha conhecimento de todas mesmo que não pense em pedir o divórcio, pois, após terem sido praticadas, torna-se um desafio comprová-las e reaver o que lhe é de direito.

Anderson Albuquerque

Sócio do Albuquerque & Alvarenga Advogados

EUA

Famílias mudam planos em migração e não querem voltar ao Brasil

Gerente operacional de um hotel em Governador Valadares (MG), Eduardo José Fernandes Ramos, 59, foi para os Estados Unidos e lá ficou por 17 anos, de 1989 a 2006. Nesse período, chegou a morar um tempo no Canadá.

Sua intenção era ficar em território americano por alguns anos e depois voltar para o Brasil para seguir a vida com o dinheiro que guardou - quantia que lhe possibilitou comprar carro e casa no retorno.

"Quando você vai para lá e tem uma vida regrada, consegue fazer um bom dinheiro. Eu juntei algum e trouxe para cá", disse Ramos. Ele tem três irmãs que continuam morando nos EUA e conseguiram regularizar sua permanência no país.

Assim como ele, muitas pessoas de Governador Valadares e municípios da região, que historicamente têm o maior número de emigrantes, ficavam um tempo nos EUA e depois retornavam ao Brasil. Agora, famílias inteiras estão se mudando sem ter planos para voltar.

Isso tem causado, inclusive, o esvaziamento de cidades do leste de Minas Gerais. Em Tarumirim, que tem cerca de 14.500 habitantes, 1.800 famílias deixaram o município neste ano. Já em Alpercata, 5% da população foi embora, cerca de 350 pessoas.

"Esperar que as pessoas voltem só por ser a cidade natal deixou de ser importante. Elas não estão mais criando laços com o município", diz o prefeito de Alpercata, Rafael França.

O movimento de famílias que deixam o Brasil tem sido percebido por pesquisadores, autoridades políticas e policiais e por quem acolhe essas pessoas nos Estados Unidos. A Folha publicou reportagens nos últimos dias que permitem compreender esse cenário.

Sandra Nicoli, historiadora e mestra em gestão integrada do território, explicou que a emigração em Governador Valadares começou na década de 1960. Essa "cultura da migração" foi se espalhando para os municípios da região a partir do final da década de 1970.

Os anos 80 registraram um grande crescimento no movimento de pessoas que escolhiam deixar o país devido à crise econômica brasileira - o período ficou conhecido como a "década perdida". À época, a maioria das pessoas que migravam era jovem, viajava sozinha e pensava em retornar ao Brasil.

Atualmente, o movimento de migração é caracterizado por um número maior de famílias se organizando para morar em definitivo nos EUA. O perfil predominante é de pessoas que buscam serviço braçal, mas há também cidadãos que deixam cargos públicos, empresas e microempresas para trás.

A decisão do retorno não está mais incluída no projeto migratório. Em muitos casos, as pessoas entram de forma irregular, mas há famílias com acesso le-

gal aos Estados Unidos.

"São famílias que possuem uma condição financeira mínima, têm casa, carro, uma pequena empresa, propriedade rural, mas não enxergam uma perspectiva de futuro se continuarem vivendo no Brasil. A ideia do retorno não está permeada no projeto migratório, (as famílias) querem migrar e ficar", explicou a pesquisadora.

Nicoli apontou ainda que, depois do pico da emigração na década de 80, o crescimento voltou a partir de 2015 devido a um cenário econômico, político e ambiental que acarretou essa decisão. No entanto, segundo a especialista, o auge desse movimento se deu a partir do ano de 2018.

Governador Valadares e municípios ao redor que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Doce foram afetados, em 2015, pela lama da Samarco, após o rompimento da barragem de rejeitos de minérios em Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG).

Com o agravamento da atual crise econômica e política no Brasil, o crescimento do fluxo migratório continuou em 2019, mas foi reduzido em 2020 devido à crise sanitária e às medidas restritivas decorrentes da pandemia de Covid-19. No entanto, quem havia decidido emigrar e não o fez nesse período já estava se preparando para deixar o país em 2021, que registrou um salto no número de migrantes.

Nicoli acrescentou que, apesar de a maior parte dos migrantes brasileiros escolher os EUA, desde os anos 2000 há outros destinos em alta, como Portugal, Itália e Inglaterra. Em território americano, Massachusetts ainda é o estado que abriga a maioria dos brasileiros no país.

Vivendo em Middlesex, no estado de Nova Jersey, Marcos Silva, 21, não pensa em voltar ao Brasil. Ele tem pai e dois irmãos morando legalmente nos EUA. Trabalhando no ramo de construção civil, chega a receber semanalmente US\$ 1.120 (R\$ 6.333) mesmo estando em situação irregular.

"Eu não vejo mais o Brasil como uma morada. Aqui (EUA) é totalmente diferente e a gente tem muito mais oportunidade, estou conseguindo viver tranquilamente", disse.

Silva chegou ao país no ano passado e contou com vantagens que nem todos os migrantes possuem quando tentam ir aos EUA: familiares em situação legal e uma estrutura mínima para recomendar a vida.

Os que não podem contar com essa possibilidade frequentemente acabam contraindo dívidas enormes ao entrarem no país de forma irregular. Isso porque chegam a pagar até US\$ 25 mil (R\$ 141,3 mil) para pessoas que promovem a migração clandestina.

O cônsul-geral do Brasil em Boston, Benedicto Fonseca Filho, explicou à Folha que as famílias recém-chegadas aos EUA acabam se hospedando com parentes e amigos em condições precárias. "Muitas vezes os vio-

lação às regras de ocupação e de segurança locais, o que tem multiplicado os casos de ameaça de despejo", disse.

As pessoas que promovem a migração sempre arrumam um "jeitinho" para que o "cliente" consiga entrar em território americano. Fernandes Ramos conseguiu entrar "legalmente" em 1989 como turista, porém com um passaporte falsificado.

"Eles [agentes que promovem a migração irregular] tinham o passaporte com visto. Essa página foi colocada no passaporte que tem minha foto. Cheguei por vias legais e fiquei nessa situação até o tempo que o turista pode permanecer no país", contou Ramos.

Assim como ele, o produtor rural Aldair Martins, 70, entrou com o passaporte falsificado, embora tenha viajado para uma estadia temporária. No seu caso, os dois filhos já estavam nos EUA. "Hoje eu não penso em ir para lá. Um dia, quem sabe, posso tentar (conseguir legalmente) o visto. Na época, queria ver minhas netas e tinha vontade de ir para conseguir mais alguma coisa", explicou.

O delegado da Polícia Federal Cristiano Campidelli explicou que é praticamente impossível falsificar o passaporte desde que um novo modelo do documento passou a ser utilizado. Além de vários mecanismos de segurança, a versão atual possui um chip que impõe obstáculos aos falsificadores.

A atualização, no entanto, não impede estratégias para entrar nos EUA que dependem da tecnologia. Campidelli explicou que ainda são muitas as pessoas que atravessam o deserto, pulam cercas e cruzam rios de barco ou a nado de forma encoberta para não serem pegos pelas autoridades.

Depois que o ex-presidente Donald Trump determinou o fim da separação de famílias de imigrantes, porém, as pessoas que promovem a emigração passaram a usar crianças.

Dessa forma, cresceu o interesse pelo "cai cai", sistema em que a pessoa vai acompanhada de um parente em primeiro grau menor de idade, entrega-se às autoridades americanas e é liberada para responder ao processo em liberdade.

"Houve um 'boom' do 'cai cai' em 2019, na época do ex-presidente Donald Trump. Mas essa moda antiga, transpondo a fronteira seja pelo rio, deserto ou pulando cerca, nunca parou, também porque muitas pessoas não têm uma criança para levar", afirmou o delegado.

Há também quem se entrega sozinho aos agentes americanos para fazer uma solicitação formal de asilo. Nesses casos, é comum que os responsáveis por promover a emigração ilegal ensinam aos "clientes" táticas para convencer as autoridades. A estratégia mais comum é a alegação de que o solicitante está sendo ameaçado de morte no Brasil ou foi torturado por agentes públicos, como policiais e políticos.

NATURGY

Justiça suspende reajuste no preço do gás

A Justiça do Rio concedeu liminar suspendendo o aumento de 50% no preço do gás natural fornecido pela Petrobras à distribuidora Naturgy. A decisão é do juiz de plantão Andre Felipe Tredinick, que analisou a ação civil pública movida na terça-feira passada pela Mesa Diretora e pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

Na decisão, o juiz determinou que a Petrobras mantenha as condições atuais de fornecimento e preço até que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprecie a representação feita pela concessionária Naturgy e até que sejam reguladas as condições de acesso ao mercado de gás, permitindo assim a instauração de plena concorrência no fornecimento do insumo.

A decisão também recebeu parecer favorável do Ministério Público estadual, ao analisar que o aumento proposto "representaria verdadeiro caos para o Estado do Rio de Janeiro, impactando toda a população fluminense".

De acordo com o presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT), a política de preços da Petrobras é um fator que hoje impede a retomada do desenvolvimento do estado. "Não é possível que seja mantida essa escala de preços", disse.

Na ação, a Alerj argumentou que o aumento causaria forte impacto sobre a economia do estado, gerando efeito cascata sobre os custos da indústria, o orçamento do cidadão e o preço do GNV, muito utilizado pelos taxistas e motoristas de aplicativo. Comparado a 2018, o reajuste do gás natural chega a 120%. A variação do IPCA, entre janeiro de 2018 e novembro de 2021, foi de 23,58%.

O reajuste ocorreria a partir de 1º de janeiro de 2022. Ceciliano disse que grande parte dos custos de fornecimento é local, visto que o Rio de Janeiro é o maior produtor de gás natural do país. Mais de 50% de todo gás produzido na Bacia de Santos é reinjetado nos campos de petróleo porque faltam gasodutos para escoar a produção, enquanto o país importa o produto.

RÉVEILLON

Rio terá esquema especial de limpeza

Um esquema especial de limpeza foi preparado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) para o réveillon, no Rio de Janeiro. A empresa vai colocar 4.372 garis, distribuídos nos dez pontos de festejo, que trabalharão com apoio de 181 caminhões, entre compactadores e basculantes, 18 pipas d'água para lavagem das vias com água de reuso, e mais 31 equipamentos, como pás mecânicas, mini pás e tratores de praia.

As equipes atuam em todos os pontos de queima de fogos: Copacabana, Flamengo, Barra da Tijuca, Recreio, Praia de Sepetiba, Bangu, Igreja da Penha, Parque Madureira, Ilha do Governador e Piscinão de Ramos, além de outros trechos da orla, entre os quais os bairros de Ipanema, Leblon, São Conrado e Arpoador.

A preocupação com a sustentabilidade, que marca o trabalho da Comlurb nos grandes eventos, vai se repetir neste réveillon, prometeu a companhia.

TENNESSEE

Professor faz pegadinha e descobre que aluno lê programa de aulas

Um professor universitário do Tennessee, resolveu verificar se seus alunos de fato liam o programa de aulas que ele entrega a cada início de semestre e, para isso, fez um experimento bem-humorado.

Kenyon Wilson, do departamento de artes cênicas da Universidade do Tennessee em Chattanooga, colocou a seguinte mensagem no meio do texto do seu programa de aulas de música do último semestre: "Para o primeiro

lar um software, por exemplo. Todo mundo clica (no campo que diz) que leu, quando na verdade ninguém o faz."

A turma tinha 71 alunos. O docente contou que o programa não costuma mudar muito, mas, por causa da pandemia de Covid-19 e dos protocolos de segurança, alguns pontos foram alterados. "No primeiro dia de aula eu disse a eles que algumas coisas tinham mudado e recomendei a leitura do programa."

"Ninguém lê o programa", disse Wilson em entrevista à CNN, depois de contar a história em um post no Facebook no início de dezembro. "É como aceitar termos e condições ao insta-